

PLANO DE ACESSIBILIDADE DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

Karla Denise Leite Moury Fernandes

Prefeitura Municipal de Olinda – Pernambuco – Brasil
Secretaria de Planejamento Urbano, Transportes e Meio Ambiente
E-mail: karla_leite@yahoo.com

Neide Maria Pinho Cirne

Prefeitura Municipal de Olinda – Pernambuco – Brasil
Secretaria de Planejamento Urbano, Transportes e Meio Ambiente
E-mail: neidecirne@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade, transporte não motorizado, sítio histórico.

RESUMO

O debate internacional sobre reabilitação de áreas históricas, resultou em cartas, declarações ou recomendações. A Carta de Atenas observa: "a cidade deve assegurar, nos planos material e espiritual, liberdade individual e benefício da ação coletiva, tornando acessível para todos, qualidade de vida" e que "a circulação tornou-se função primordial da vida urbana, sendo uma operação das mais complexas".

Assim, surgiu o Plano de Acessibilidade do Sítio Histórico de Olinda, garantindo livre acesso a todas as pessoas, inclusive especiais, objetivando transformá-lo num lugar democrático. Seu foco é a priorização do transporte não motorizado, explorando o potencial objetivando a sustentabilidade do Sítio Histórico. Buscar soluções conciliatórias à conservação desse seu patrimônio com a acessibilidade irrestrita, especialmente pessoas deficientes e com mobilidade reduzida, é inovador e importante, com replicabilidade em outras áreas históricas.

Inicialmente foi escolhida a Rota São Bento, que se inicia no Carmo e se encerra no Largo do Varadouro. Área escolhida pela sua relevância cultural seja pelos espaços públicos ou pelas edificações contidas no percurso, onde visitantes e moradores encontram um "mix" de serviços e lazer.

O projeto dessa Rota acessível proporcionará aos usuários um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações que possam ser utilizados por todas as pessoas, inclusive aquelas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A metodologia construída para definição do plano de acessibilidade, utilizou os conceitos: acessibilidade, barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental, rota acessível e desenho universal e as leis federais e municipais pertinentes.

O projeto prevê elementos urbanísticos garantidores da acessibilidade ao longo do percurso, como: alargamento dos passeios públicos, rebaixamento de guias, rampas e pisos táteis, travessias de pedestres com iluminação direcionada e, nas edificações públicas, equipamentos que possibilitem o acesso aos compartimentos, como elevadores e rampas motorizadas. Atendendo à população independentemente das diferenças.